

O surgimento do repórter e a prática da censura no jornalismo brasileiro através das crônicas de Olavo Bilac

Marta E. G. SCHERER¹

Resumo: O presente artigo contribui para a história da imprensa brasileira ao contar sobre o surgimento da figura do repórter na virada dos séculos XIX para XX, e como se dava a prática da censura naqueles anos. Para analisar esses importantes momentos da vida jornalística, vamos utilizar textos de Olavo Bilac e cotejá-los com outros autores atuais e da época, mostrando que uma leitura crítica de seu conteúdo pode trazer a luz trechos que nos ajudam a entender melhor a profissão hoje. A partir de uma perspectiva que entende a história da imprensa como fundamental na construção do campo teórico do jornalismo, este artigo recupera historicamente os jornalistas na sociedade brasileira e a importância da imprensa enquanto meio de informação e transmissão de idéias e valores.

Palavras-chave: História da Imprensa; Jornalismo; Repórter; Censura; Olavo Bilac.

Resumen: Este artículo contribuye a la historia de la prensa brasileña al tratar de la aparición de la figura del reportero en el cambio de los siglos XIX para el XX y de como ocurría la práctica de la censura en aquellos años. Para analizar esos momentos tan importantes de la vida periodística, vamos a utilizar textos de Olavo Bi-

¹ Doutoranda e bolsista CNPq do Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é mestre em Literatura Brasileira e bacharel em Comunicação Social - habilitação Jornalismo - também pela Federal catarinense. Durante 10 anos foi professora do Curso de Jornalismo da Universidade do Sul de Santa Catarina. Email: martascherer@gmail.com - CV: <http://lattes.cnpq.br/3967317643189236>

lac y compararlos con otros autores que tratan sobre el tema, enseñando que una lectura crítica de su contenido puede echar luces que ayuden a entender mejor la profesión hoy en día. Desde una perspectiva que entiende la historia de la prensa como fundamental para los estudios del periodismo, este artículo revisa el papel histórico de los periodistas en la sociedad brasileña y la importancia de la prensa como un medio de información y transmisión de ideas y valores.

Palabras clave: Historia de la Prensa; Periodismo; Reportero; Censura; Olavo Bilac.

Introdução e metodologia

Analisar as mudanças no jornalismo no momento do surgimento da figura do repórter, assim como entender suas condições intelectuais de trabalho, é a idéia central deste texto, que recupera parte da história da imprensa a partir dos espaços sociais considerados, neste caso com local e momento históricos bastante específicos: Rio de Janeiro, virada do século XIX para XX. A época é das mais importantes para os estudos de jornalismo, pois é justamente o período de formação da imprensa nacional, isto é, da transformação de jornais que passavam de experiências isoladas e aventuras passageiras a grandes e estáveis empresas. São anos em que “a imprensa é intérprete da nova classe que surge e que quer reivindicar o papel que lhe cabe na vida brasileira” (SODRÉ, 1976, p. 434).

Dentro desse recorte definido, foram realizados estudos das relações entre as pesquisas históricas e a imprensa. É neste momento que se dá um importante marco para o desenvolvimento da imprensa, como afirma Nelson Werneck Sodré (1999, p.261): “a imprensa artesanal estava sendo substituída pela imprensa industrial; a imprensa aproxima-se, pouco a pouco, dos padrões e das características peculiares a uma sociedade burguesa”. Ao se transformar em empresa, da pequena à grande, o jornalismo começa a se profissionalizar, o que corrobora para o surgimento do repórter ter ocorrido justamente neste período, assim como a ter que responder criminalmente às práticas censórias.

Como foco para este artigo, interessavam de forma mais contundente aqueles momentos em que o exercício da profissão de jornalista adquiriu novas configurações - em resposta tanto a uma realidade social

mais ampla que era forjada no virar dos séculos, como a mudanças relativas aos seus próprios padrões e ambições internos - que evidenciaram sua crescente ingerência nos diferentes planos da vida social brasileira, já que esse artigo foi escrito a partir de uma perspectiva que entende a imprensa como prática social e instrumento de constituição de modos de viver e pensar.

Para alcançar a meta principal, utilizamos como metodologia a revisão da literatura de referência sobre o objeto e realizamos uma pesquisa direta nas crônicas de um dos grandes jornalistas do início do século XX: Olavo Bilac. Os textos foram recolhidos de sua moradia primeira – jornais e revistas publicados entre 1892 e 1906 – que estão depositados na Biblioteca Nacional, localizada no Rio de Janeiro. É válido ressaltar que nenhum desses textos foi ainda publicado em livro. A revisão bibliográfica abarca uma pequena, porém significativa, parcela da produção sobre história da imprensa brasileira. Como entendemos que é necessário observar os agentes e processos envolvidos nos acontecimentos para trabalhar com história e memória, procuramos dar o mesmo peso à bibliografia pesquisada e aos textos escritos no ‘calor da hora’.

No centro das discussões, a figura de Olavo Bilac, que mais do que um poeta, foi um jornalista atuante naqueles anos, trabalhando por mais de 20 anos nos jornais e revistas publicados na então ‘grande’ imprensa. A trajetória de Bilac como cronista, embora tenha sido esquecida por quase um século, é tão importante que e sua época chegou a ser considerado como o fundador da crônica ‘moderna’. (CARVALHO, 1942, p. 75). Em livro que reúne alguns dos milhares de textos em prosa que produziu, Bilac explica na introdução que seu interesse naquela publicação não era “salvar do olvido, a que foram fadadas logo ao nascer, essas páginas fúteis” (BILAC, 1904, p.5), mas sim prolongar suas vidas por algum tempo mais, uma ambição modesta. Ao escrever sobre seu fazer jornalístico, o autor comparou sua profissão à de um vendedor ambulante. Foi ele um mascate das letras.

Os cronistas são como bufarinheiros, que levam dentro das suas caixas rosários e alfinetes, fazendas e botões, sabonetes e sapatos, louças e agulhas, imagens de santos e baralhos de cartas, remédios para a alma e remédios para os calos, breves e pomadas,

elixires e dedais. De tudo há de contar um pouco, esta caixa da Crônica: sortimento para gente séria e sortimento para gente fútil, um pouco de política para quem só lê os resumos dos debates do Congresso, e um pouco de carnaval para quem só acha prazer na leitura das seções carnavalescas. Aqui está a caixa do bufarinheiro, leitor amigo: mete dentro dela a tua mão e serve-te à vontade. Não fui eu quem a encheu de tantas coisas desencontradas e opostas. Eu sou apenas o retalhista, o varejista dos assuntos. Quem me enche a caixa é a Vida, a fornecedora dos cronistas. (BILAC apud DIMAS, 2006, p. 631)

Ao se colocar como “retalhista”, Bilac abordou outro tema fundamental ao fazer jornalístico: o da escolha e edição dos temas. Como jornalista, relatou o impasse pelo qual todo e qualquer profissional de imprensa passa na hora de selecionar o que é ou não notícia. Em uma cidade que se urbanizava e produzia diversos fatos cotidianos, “o cronista dispunha-se a medir a temperatura diária de seu meio, tendo muito claro na cabeça que ficava à disposição dos acontecimentos, como uma espécie de escriba da corte”, como analisou Antonio Dimas (2006, p.41).

Olavo Bilac percebeu ainda que o leitor dos novos tempos queria ser informado e, ao mesmo tempo, manter um diálogo a ser estabelecido com os periódicos da forma mais direta possível. Assim, era do próprio jornal – seja nas notícias locais, nas internacionais ou mesmo nos anúncios e publicidade - que o autor retirava a maioria dos temas que eram abordados nas crônicas. A variedade de pautas e de publicações era exigência de um público leitor em crescimento e cada vez mais heterogêneo, mesmo que a instrução ainda fosse precária, e que passara a privilegiar fatos policiais e intrigas políticas

O cronista também escreveu, de forma sistemática e abrangente, sobre as transformações da imprensa e de seus profissionais. Ao perceber o aparecimento da figura do repórter, que diferente dos seus companheiros de jornal não era um literato, mas sim um jornalista profissional, nos deixou interessante testemunho sobre a vida jornalística de então. Conhecer este momento da imprensa nacional nos orienta no melhor entendimento da nossa história, pois acreditamos, em consonância com a professora Marialva Barbosa, que “comentando os fatos ocorridos no passado, vislumbrando a ação humana

existente neste passado, prolonga-se o passado no presente” (BARBOSA, 2007, p. 15).

“O repórter, essa entidade fabulosa”

O jornalista é um aparelho receptor e condensador das comoções, dos abalos, das paixões de toda uma população. Imaginemos um exemplo: o jornalista X, bem dormido e bem almoçado, sai de casa, a caminho do jornal. Toma um bonde elétrico. Abre todas as folhas e começa a ler. Já essa leitura principia a desorganizar-lhe o sistema nervoso. Na viagem, o bonde elétrico (não fosse ele elétrico!) reduz a pó impalpável o corpo de um transeunte. X toma o lápis e registra o fato: e já é seu próprio corpo de jornalista que sente a dor terrível de despedaçamento. Depois, X vai à câmara fazer o seu extrato de debates. X é o homem-congresso: dentro do seu cérebro, toda a política do país se baralha e se confunde. (...) Depois, na sala de redação, começa a receber as reclamações do público (...) Depois, chegam as notas policiais: queijos furtados, cabeças quebradas, bêbados apanhados na via pública, assassinatos, desastres, rolos, - tudo isso entra precipitadamente e atabalhoadamente no sistema nervoso de X: X é o homem multidão. Depois, chegam os telegramas da Havas (...) Ao fim da noite, X não é mais um homem; X é o mundo inteiro” (BILAC apud DIMAS, 2006, p.165)

A crônica de Olavo Bilac apresenta pormenores da profissão de repórter no mesmo instante em que essa se constituía na imprensa brasileira. O mote para que o cronista começasse a discorrer sobre o tema foi um suposto artigo lido em jornal baiano, no qual constava a afirmação: ‘para ser jornalista, é preciso não ter nervos’. Bilac então indaga sobre o porquê de todos terem direito a dispor de nervos, menos os jornalistas, que para bem informar deveriam ficar impassíveis no meio da opinião pública. Esse seria um “ideal sublime”, se transformar em máquinas de escrever e “deixar o jornalista que os acontecimentos, ou louvores, os vitupérios, as calúnias, os processos de responsabilidade, as cartas anônimas passem por sobre sua alma como as rajadas do vento passam por cima das rochas vivas sem que as enruguem nem abalem”. (BILAC apud DIMAS, 2006, p.165).

O exercício da profissão com tudo que lhe é inerente, as precárias condições de trabalho, a falta de reconhecimento, os salários baixos e outros, foram objeto de crítica dos próprios jornalistas. Também João do Rio fez diversos relatos sobre o trabalho nas redações, lembrando que se estendia por quase 24 horas ao dia, pois começava pela manhã e só terminava às três da madrugada. Sem esperanças de um dia ficar rico, o profissional da imprensa não tinha futuro, “senão na hora do dia seguinte” (RIO apud MAGALHÃES, 1978, p.80). O cronista carioca também aborda de forma contundente a ‘busca pelo furo’, colocando os repórteres como caçadores de escândalos e curiosidades que, “como duendes”, se colavam nas fechaduras. A mesma metáfora já havia sido utilizada por Bilac para criticar a decisão do governo de Campos Sales que, poucos dias após eleito, resolveu fornecer à imprensa somente informações de medidas resolvidas. Bilac então conclamou: “amigos repórteres! É possível que a esta hora, amuados e mal contentes, estejais amaldiçoando essa inovação (...)” e seguiu, ironicamente, explicando que a intenção do governo era valorizar o trabalho jornalístico, uma verdadeira prova de amor:

O repórter, essa entidade fabulosa, de cem olhos para ver, de cem ouvidos para ouvir, de cem narizes para cheirar, de cem mãos para apalpar – não pode estar convertido em um simples portador de notícias...Para ser digno do Deus que o criou e do nome que tem, - o repórter deve, invisível como gnomo, poder atravessar impunemente oito filas de sentinelas dobradas; deve, incorpóreo como uma bruxa, ser capaz de passar pelo buraco da mais apertada fechadura, deve, como Oneiroff, saber ler toda uma carta através do envelope lacrado; deve, como o Ariel da Tempestade, descobrir o meio de estar em toda parte, no clarão do luar, no rumor do vento, no aroma de uma flor, no fumo de um charuto, num grão de poeira. (BILAC, 20/11/1898)

O personagem descrito por Olavo Bilac como “Ariel” se consolidou na segunda metade do século XIX. Surgiu quando os jornais franceses começaram a contratar profissionais que tinham a incumbência de procurar notícias, utilizando o termo inglês “repórter” para designar aquela “nova raça de jornalistas” (TRAQUINA, 2005, p.69), que tomava nota do desenvolvimento dos

acontecimentos. O profissional que nascia era um homem de seu tempo, cuja habilidade consiste em detectar o que há no momento e registrá-lo, vivendo o efêmero para transformá-lo em eterno, como nas conhecidas palavras de Baudelaire (2002, p.25). Para Bilac, o jornalista do seu tempo é o profissional da informação, pois

O repórter nasceu para dar notícias: dar notícias é a razão, a explicação, o fim da sua existência: e todos eles, afinal, só merecem louvores e parabéns pela inteligência, pelo tino, pelo habilidade com que conseguiram substituir-se à própria polícia, inquirendo e reinquirendo os réus, obtendo deles e das autoridades todas as informações, e tratando de exceder-se uns aos outros, no momento e na importância das notícias fornecidas ao público. (BILAC, 28/10/1906)

Para realizar essa tarefa, no final do século XIX encontravam-se lado a lado o “simples portador de notícias” e os grandes homens de letras do país, os “iniciais olímpicos do primeiro mass media usado no Brasil” (MACHADO NETO, 1973, p.231). Ao crescer de forma significativa junto com a vida urbana, o jornalismo ditou as novas modas e costumes, invadindo territórios até então intocáveis, como o da própria igreja católica, no que tangia ao controle das informações e ‘posse’ da verdade. Expandindo suas atividades, promoveu campanhas contra velhos hábitos e gerou o clima de euforia que caracterizaria a *Belle Époque*, sendo “talvez a primeira manifestação de um fenômeno de manipulação de consciências em massa no Brasil” (SEVCENKO, 1989, p.100). Ao lado desse crescimento, surge a preocupação dos intelectuais da época para com a “nova” profissão e o pensar sobre o exercício do jornalismo.

Em uma dessas tentativas de conhecer e explicar a atividade, bem como sua intrínseca relação com a literatura, João do Rio publicou o livro *Momento Literário*, pensado como um grande questionário e para o qual o repórter entrevistou – pessoalmente ou através de cartas - os principais personagens da elite ilustrada. Bilac, Guimarães Passos, Raimundo Correia, Luis Edmundo e Sílvio Romero são alguns entre os 36 intelectuais que responderam às seis perguntas sobre literatura e vida literária. Outros oito não o fizeram, tal como Machado

de Assis, Alberto de Oliveira e José Veríssimo. Mesmo sem esses importantes homens de letras, o livro é “documento expressivo do ambiente intelectual brasileiro na primeira década do século passado e da mentalidade nele dominante”. (MAGALHÃES, 1978, p.43)

“Os tempos mudaram, meu caro”. A frase, dita por um suposto interlocutor de João do Rio ao final do livro, faz referência às novas condições profissionais dos homens de letras, que precisavam enfrentar a concorrência, o trabalho excessivo, a falta de pagamento, mas que, por outro lado, conquistaram um lugar ao sol. E, para continuar brilhando, precisavam se fazer notar, conquistar o público. Assumindo esse novo papel, tomaram seu lugar em um Brasil que “transforma-se, civiliza-se” e fizeram com que a realidade fosse a de que “hoje o jornalismo é uma profissão, quando antigamente era um meio político de trepar”. (RIO, 1994, p.294)

Foi de Medeiros e Albuquerque a sugestão para realização do livro, com base em trabalhos semelhantes que havia conhecido em suas viagens por Inglaterra e Itália e que davam ao público uma espécie de guia de opiniões sobre como pensava, o que lia e como se “formava” a elite letrada. A proposta foi devidamente registrada no prefácio do livro, onde fica claro, também, que o próprio Albuquerque havia sugerido as perguntas. Ao lembrar o episódio, João do Rio contou que depois de elaborar questões sobre autores preferidos, trechos de livros, associações e gêneros literários, seu interlocutor ponderou: “falta a pergunta capital, em torno da qual toda a literatura gira, falta a pergunta isoladora das ironias diretas!” foi então que escreveu a questão de número seis: “O jornalismo, especialmente no Brasil, é um fator bom ou mau para a arte literária?” (RIO, 1994, p.9). As respostas a essa última questão variaram entre os que consideravam a relação perniciososa aos que a viam como benéfica, mas sempre abordando a necessidade de se pensar e relacionar literatura e imprensa.

Olavo Bilac, o primeiro no índice, ressaltou a importância do jornalismo como o único meio de se fazer ler num país que não investe na educação do seu povo. Ainda que tenha terminado dizendo que não se deve “prostituir” o talento, reafirmou que o “o jornalismo é para todo escritor brasileiro um grande bem” (RIO, 1994, p.18). Já Coelho Neto, com tom nostálgico, comentou que a vida de imprensa do seu tempo era animadora, mas que nos anos que corriam não era das me-

lhores, apesar de todavia servir para evidenciar os escritores. A resposta mais enérgica e contrária à relação veio de Guimarães Passos, que dizia acreditar que “não pode haver arte onde há trocos” (RIO, 1994, p.138). O crítico literário Sílvio Romero contestou de forma incisiva a favor do jornalismo, afirmando ainda que sua opinião era isenta por nunca ter exercido a atividade de forma regular:

O jornalismo tem sido o animador, o protetor, e, ainda mais, o criador da literatura brasileira há cerca de um século a esta parte. É no jornal que têm todos estreado os seus talentos; nele é que têm todos polido a linguagem, aprendido a arte da palavra escrita; dele é que muitos têm vivido ou vivem ainda; por ele, o que mais vale, é que todos se têm feito a conhecer, e, o que é tudo, poderia ser mais se houvesse um acordo e junção de forças; é por onde os homens de letras chegam a influir nos destinos deste desgraçado país entregue, imbele, quase sempre á fúria de politiquieiros sem saber, sem talento, sem tino, sem critério, e, não raro, sem moralidade... (RIO, 1994, p.50)

A presença dos escritores nos jornais faz parte da própria constituição da imprensa, fato dado em todo mundo e que aqui no Brasil não foi diferente. Sobretudo no início sua trajetória, o jornalismo teve grande proximidade com a literatura, sendo os jornalistas literatos e os literatos, jornalistas. Na história do jornalismo brasileiro, o rodapé assinado por José de Alencar evoluiu para a crônica machadiana e essa para o texto de Olavo Bilac. Ao nascer ligada à grande imprensa, a crônica se incorporou aos hábitos de leitura dos brasileiros de forma significativa, sobretudo quando as folhas passaram a dispor de mais espaço e divisões claras. Ao lado das notícias, dos artigos de fundo, das ilustrações e dos anúncios, entre outros, o texto em crônica transforma a matéria cotidiana com toques de informalidade, inteligência e leveza.

Entretanto, com a chegada do repórter e a instituição definitiva da grande imprensa em terras brasileiras, os jornais se transformaram em veículo informativo por excelência, diminuindo o espaço dado à colaboração mais ligada à literatura, caso da crônica, cujos textos passam a ser delimitados graficamente, aprofundando a cisão entre o texto jornalístico e o literário. Olavo Bilac deixou testemunho desse momento quando escreveu

que os jornais “dedicavam todas as suas colunas e artigos de combate a noticiários sem cor, de que a literatura parece ser propositalmente afastada” (BILAC apud DIMAS, 2006, p.70). O momento de cisão, porém, não fez com ele próprio se sentisse menos jornalista, pois, como afirmou, “Nem sempre o homem pode mudar de profissão como as serpentes mudam de pele. Quem uma vez foi jornalista, há de morrer jornalista”. (BILAC apud DIMAS, 2006, p.857)

Quando se referia aos jornalistas, Olavo Bilac englobava todos os que trabalhavam na imprensa, sem distinção entre os repórteres desconhecidos e os prestigiados homens de letras. A ampla participação nos veículos de comunicação havia mudado a condição social dos literatos e oferecido um espaço de publicação, já que, segundo Afrânio Coutinho, “a maior parte dos ensaios foram provocados e recebidos inicialmente pela imprensa” (COUTINHO, 1955, p.91). A figura do mecenas fora praticamente desterrada junto com a família real e a economia do país sofrera transformações com a chegada da República, com as novas relações comerciais que se instalaram em todas as esferas, inclusive na das artes. Desta forma, também a vida do intelectual passou por mudanças no conturbado virar de século brasileiro, transformando os literatos em figuras públicas, autênticas celebridades. Apesar de ser um dos maiores exemplos de tal atuação, Olavo Bilac não se eximiu de comentar sobre o lugar que o homem de imprensa principiava a ocupar:

O jornalista é um animal vaidoso, cuja grande vaidade só pode ser comparada a do ator. De fato, o ator e o jornalista, habituados a comunicar diretamente, todos os dias, com o grande público, persuadem-se de que lhe são indispensáveis, e essa consciência da importância de seu papel social incha-lhes a alma, sufocando toda a modéstia. Não se lembram eles de que, acabada a peça, já o público não se recorda de quem a interpretou, como, acabado o artigo, já o público não se lembra de quem o escreveu... (BILAC, 04/03/1898)

João do Rio também chamou a atenção para a importância crescente do jornal e da profissão. Para ele, o jornalismo era um fato positivo da modernização brasileira, que fazia o povo compreender e ver as grandes transformações pelas quais o país passava. Mudanças es-

sas que foram sentidas pelo jornalismo mais do que em qualquer outra esfera, afinal, o momento não era “de devaneios, mas de curiosidade, de informação, fazendo da literatura no romance, na crônica, no conto, nas descrições de viagens, uma única e colossal reportagem”. (RIO, 1994, p.296)

“Neste momento sou intimado a não escrever mais. Estou coato.”

No exercício da profissão, entretanto, não eram poucos os empecilhos, tais como baixa remuneração, alta carga de trabalho, na maioria das vezes distribuídos em mais de um emprego e, ainda, a censura, tanto a externa quanto a interna. O cerceamento da liberdade de expressão em momentos de crise foi prática comum, o que fez Bilac escrever trechos irônicos como este: “A imprensa tem a necessidade de ser de quando em quando sufocada. Esses períodos de asfixia servem para lhe dar um repouso forçado: e durante esse reforço ela se fortalece, restaura a força esbanjada nas orgias da liberdade”, (BILAC, 13/09/1893) ao referir-se às medidas tomadas pelo presidente Floriano Peixoto, cuja mão de ferro foi sentida de forma contundente por todos intelectuais da época. Ao perseguir e censurar os homens de letras, “pontuando de balas e de sustos este período de nossa vida”, o Marechal chegou mesmo a dissolver toda uma geração literária, que ao voltar à ativa já estava bastante modificada.

Muitos anos depois, já vivendo todo o clima de *Belle Époque* que a virada de século trouxera ao país, Olavo Bilac não se esquecia dos anos de chumbo e comentou sobre a relação do poder com os jornais nos primeiros anos republicanos. Ao virem à luz atas do governo provisório, o cronista afirmou ter se deliciado ao saber que a imprensa tanto irritara Deodoro da Fonseca e seus seguidores:

Como jornalista, e principalmente como cronista compassivo e irônico das belezas e das tolices da vida humana, especialmente me delicieei lendo estas Atas, com dois aspectos da fisionomia moral do governo provisório. Em primeiro lugar, a preocupação constante, - de cólera e irritação, - que a imprensa diária causava aos promotores da revolução triunfante....Aquela revolução, nascida nas entranhas e criada nos peitos da imprensa, aproveitou

logo os primeiros dentes para morder o seio que a amamentava, e serviu-se logo da primeira força muscular para esmurrar o ventre do qual saíra. Aquele governo, filho da imprensa, tinha uma idéia fixa: matar, ou ao menos, amordaçar a imprensa. (BILAC apud DIMAS, 2006, p.859)

A história da imprensa no Brasil foi marcada por contradições entre dispositivos reguladores da censura e liberdade de expressão. No mesmo ano em que a imprensa foi estabelecida, 1808, foram também nomeados os censores régios, que só perderam sua função de ler de antemão tudo que seria publicado em 1821, quando um decreto imperial aboliu a censura prévia, ao passo que responsabilizava os autores. Para tanto, nenhum texto apócrifo poderia existir, ensejando uma situação que Barbosa Lima Sobrinho caracterizou como uma “condenação formal e categórica do anonimato” (BARBOSA, 1997, p.123). Nova legislação surgiu em 1830 e perdurou até 1890, com substancial aumento das penas e multas em casos de calúnia, injúrias, ofensas à moral pública e ou mesmo zombarias contra a religião ou o Império.

Ao contrário do que se poderia supor, com o advento da República houve um retrocesso no que tange à lei de imprensa, como o retorno da censura prévia, prática que havia sido abolida por D. Pedro I. O fervoroso monarquista Eduardo Prado, sob o pseudônimo de *Federico de S*, denunciava as práticas da ditadura militar republicana, que, segundo ele, se opunham ao perfil liberal do Império, lamentando que a República tivesse destruído em dois meses o que o império garantira e sustentara por 60 anos: a liberdade de imprensa. Dessa forma, passou-se de uma imprensa livre da censura direta, na época do Império, para uma imprensa de censura oficializada. De um posicionamento ostensivo a “conluio de redatores a serviço do poder”. (MARTINS, 2001, p.133).

Ao escrever a *Biografia do Jornalismo Carioca*, Gondin da Fonseca (1941, p.229) também deixou testemunho sobre o tema, comentando que “mal nasceu, a república viu-se logo forçada a cercar a liberdade de imprensa”. E de fato, pouco mais de um mês após a proclamação do esperado regime republicano, que deveria ser o redentor dos problemas nacionais, era publicado aquele que não por acaso ficou conhecido como “Decreto-Rolha”. Promulgado em 23 de dezembro de 1889, determinava que os indivíduos que conspirassem contra a República

e o seu governo, incitando por palavras, escritos ou atos a revolta civil ou a indisciplina militar, fossem julgados militarmente por uma comissão nomeada pelo ministro da Guerra. Como sempre mordaz, escreveu Olavo Bilac sobre o episódio:

Glorifiquemos a rolha....Ah! Nem nós sabemos o que perdemos, quando, pelas janelas do jornal, atiramos à rua as nossas idéias, às mãos cheias, sem conta nem medida...depois falamos tanto, que não temos tempo para ouvir nem pensar. E há períodos históricos terríveis, durante os quais ouvir é melhor do que falar. (...) Glorifiquemos esta rolha que nos sufoca o papaguear inútil, e nos obriga a recolher cautelosamente dentro do ouvido e da alma a voz sábia dos canhões, pontuando de balas e de sustos este período de nossa vida. (BILAC, 13/09/1893).

Em março do ano seguinte, novo texto legal dispôs sobre o tema, claramente objetivando atingir os veículos de comunicação no que diz respeito à publicação de informações sobre o Governo e seus atos. Através dos decretos, o Governo Provisório garantiu o silêncio da imprensa, mesmo sem instituir formalmente a censura – mas tampouco admitindo críticas – e marcou o primeiro ano da República brasileira com cerceamentos ao direito de informação. Os textos legais tiveram vigência durante quase um ano, sendo revogados em 22 de novembro de 1890, quando já estava em vigor, desde 11 de outubro, o novo Código Penal, que previa delitos de imprensa e suas respectivas punições, com a diferença de que eram agora julgados nos Estados da União.

Olavo Bilac comentou sobre essa mudança quando afirmou que “aposto minha cabeça como o governo federal não é capaz de fazer com a imprensa fluminense o mesmo que o sr. Barros Cassal fez com a imprensa rio-grandense” (BILAC, 28/03/1892) e, ironicamente, continuou “defendendo” que o Governo não seria capaz de exigir com que todos os textos - seja crônicas, notícias, apedidos, anúncios ou mesmo anedotas - fossem assinados. A mesma reclamação apareceu em crônica publicada no jornal satírico *A Bruxa*, na qual o autor afirmou que quem escreve no Rio de Janeiro tem que usar de “sarcasmo ferino”, “ironia perfurante” e “chalaça contundente”, sem o que se escreveria com “a pena de

um colibri, molhada na tinta suave de um luar” (BILAC, 10/04/1896).

Em Pernambuco, porém, a situação era outra. No estado nordestino, não só se proibiam pseudônimos e anonimatos como foram criados “graus maiores e menores de penalidade, que variam conforme a importância, a prosperidade, a fortuna das empresas que se tornam réis do crime de abuso da imprensa”. (BILAC, 10/04/1896). Um fato que curioso é que o governador pernambucano na época era o tio de quem o emblemático jornalista Barbosa Lima Sobrinho herdou o nome. Em material biográfico sobre o ex-presidente da Associação Brasileira de Imprensa, um dos jornalistas mais atuantes do século XX, não foi encontrada nenhuma menção ao fato de seu tio ter sido acusado de coibir a imprensa pernambucana. O Barbosa Lima governador, no entanto, foi alvo das críticas de Bilac também em outro texto, cujo conteúdo abordava uma das principais questões discutidas pelos homens de imprensa de então: o pseudônimo.

A Constituição Federal proíbe o anonimato. Mas, proíbe-o vagamente. Barbosa Lima, Doge Primeiro, gosta das cousas bem claras: proíbe a falta de assinatura, proíbe as iniciais, proíbe os pseudônimos, quer que seja tudo assinado: tudo, desde o artigo de fundo até o anúncio de teatro – e assinado com nome por extenso, e com a declaração de idade, do estado e da profissão do escritor (BILAC apud DIMAS, 2006, p.169).

O uso de pseudônimos era prática mais do que comum na virada do século, como relatou e explicou Brito Broca (1957) no artigo *O anônimo e o pseudônimo na literatura brasileira*, para quem a não publicação dos verdadeiros nomes dos autores era uma questão de dignidade pública. Usava-se assim apelidos para divulgar crônicas, novelas, contos, artigo, poemas e mesmo notícias cujos textos haviam sido redigidos por eminentes figuras da sociedade. Outro fator preponderante para o uso prolífico dos pseudônimos estava relacionada com as condições de trabalho. Ao ter que exercer o ofício em diversos veículos de comunicação ao mesmo tempo, condição essencial para poder viver da profissão, os homens de letras utilizavam diversos nomes fictícios para assim esconder suas imperfeições e incoerências, além de criar máscaras para autores fictícios com todos os estilos possíveis.

A questão foi crucial durante todo período da República Velha, sobretudo nos primeiros anos do novo regime. Em 1897, novamente o anonimato e o pseudônimo na imprensa foram alvo de projeto de lei, desta vez do Governo Federal, que enviou ao Congresso texto proibindo tais práticas. E outra vez Olavo Bilac saiu em defesa da classe apresentando justificativas que condenavam o projeto:

Tratemos, porém, do projeto de lei sobre o anonimato na imprensa. A cousa vai por diante, o parecer está lavrado, e as Câmaras, que lá tem as suas razões para querer moderar as fúrias da imprensa, hão de naturalmente apressar a ultimação dos trabalhos. Pelo projeto, não fica proibido o anonimato: fica proibido o pseudônimo. Por que? Há pseudônimos que são mais conhecidos do que os nomes dos escritores que os usam. Não seria mais prático exigir apenas que em cada redação ficassem registrados, ao lado dos pseudônimos, os nomes verdadeiros dos colaboradores? Nas razões em que funda seu parecer, diz a comissão da câmara que se limitou a obrigar simplesmente as empresas de imprensa diária ou periódica a estamparem na primeira página de suas publicações os nomes de seus redatores ou pelo menos do redator chefe. (...) na produção intelectual de um jornalista, como na de um artista, há sempre a parte séria a que o escritor dá o seu verdadeiro nome, e a parte leve, humorística, que bem pode correr por conta de um pseudônimo transparente. Para cada estilo, cada assinatura. (BILAC apud DIMAS, 2006, p.239).

Entretanto, a proibição do uso do pseudônimo foi incorporada na primeira Lei de Imprensa brasileira, promulgada, em 31 de outubro de 1923, e se manteve nos textos posteriores, inclusive no que está em vigência atualmente. Dessa forma, a prática foi caindo em desuso e hoje virou praticamente uma licença poética, tolerada nos poucos exemplos encontrados. No tempo de Bilac, entretanto, foi um problema sério para os jornalistas abrirem mão dos seus inúmeros nomes fictícios. E esse era apenas um dos obstáculos a serem ultrapassados.

Ao longo da história abundam exemplos de arbitrariedades que foram – e o são – realizadas contra jornais e jornalistas. Outro caso que marcou a história da imprensa brasileira nos anos de Bilac foi a acusação

da direção do *Jornal do Brasil* ao então ministro Epitácio Pessoa, durante o governo Campos Salles, de ter mandado assassinar o repórter Gustavo de Lacerda por causa das denúncias do jornalista durante uma greve (SODRE, 1999, p.210). Alguns anos após veio Prudente de Moraes, que decretou estado de sítio, prendeu seus opositores, fechou jornais e acabou com qualquer manifestação política. Sob essa situação, escreveu Olavo Bilac, na conceituada *Gazeta de Notícias*, uma crônica em que ironia e ataques diretos a práticas censórias andam de par:

Queria escrever narrando os últimos acontecimentos que têm posto esta cidade em sobressalto; mas não posso: estou coato. E aqui tens tu, meu pobre amigo, a que está reduzida a liberdade de imprensa, ou antes, a que reduziu a liberdade de imprensa este governo, que se serve da força pública para cevar os seus ódios, este governo nefasto e negregado. (...) hás de dizer-me se é possível exercer o nobre sacerdócio da imprensa quando se está tão ferozmente ameaçado por uma polícia sem escrúpulos, mantida por um governo tirano, ditador, caluniador e infame(...) Neste momento sou intimado a não escrever mais. Estou coato. (BILAC apud DIMAS, 2006, p.280).

Ainda que desde a primeira constituição republicana, promulgada em fevereiro de 1891, a liberdade de imprensa estivesse supostamente garantida, períodos como os descritos por Olavo Bilac foram correntes na história da imprensa brasileira, de forma mais clara ou mais velada, dependendo da circunstância. Além da cerceamento explícito do governo, a autocensura e o jogo de interesses dos proprietários dos veículos de comunicação sempre decidiram o que deveria ou não ser publicado. Prática comum nos dias de hoje, também o foi no início da imprensa empresa.

Ao comentar sobre os proprietários dos jornais do final dos anos 10 do século passado, Gondin da Fonseca (1941, p.230) os chama de “verdadeiros régulos”, que não permitiam que nada fosse publicado sem sua autorização e consentimento, mas que, por outro lado, ficavam “exigindo, todavia, do governo, em nome do povo, uma amplíssima, totalíssima, incontroladíssima liberdade de imprensa.” Da mesma forma Flora Sussekind (1987, p.76) nos apresentou “um Coelho Neto indignado com a padronização e as novas formas de controle do que se

publica, ‘que não tem o visto do inquisitor, mas tem o visto do redator-chefe’. Eram as condições de trabalho que os homens de letras dispunham e que moldaram o fazer jornalístico desde sempre, num eterno jogo de poder e disputa entre o interesse do público e os mandos e desmandos de governantes, poderosos e proprietários. O desafio, de resto antigo, era o de conciliar a garantia de ampla liberdade de imprensa com a responsabilidade no exercício de informar.

Considerações finais

Em seus textos sobre jornais e jornalistas, Bilac explicou e explicitou o funcionamento e a importâncias dos veículos de comunicação no momento mesmo que se firmavam como símbolo da vida urbana, ao passo que aumentam sua abrangência e ganhavam leitores. Com sua escrita metalingüística, o cronista ofereceu ao público a possibilidade de conhecer os bastidores da vida de imprensa na virada de século, com todos seus meandros. Era esse o cronista que “trabalha e teima e lima e sofre e sua não apenas nos catorze apertados versos de um soneto, mas sobretudo no nada estéril turbilhão da rua” (FISCHER, 2003, p.8), deixando apontamentos de um momento singular na história do jornalismo brasileiro, justo na época quando a imprensa firmava-se como produto da indústria cultural, integrando um sistema de empresas jornalísticas e deixando de lado as defesas de causas do jornalismo panfletário da segunda metade do século XIX.

A dicotomia opinião/informação, que corresponde no exercício profissional ao jornalismo como sacerdócio/jornalismo como profissão, é sentida de forma mais intensa nessa passagem de séculos e regimes políticos. E, se houve a possibilidade de, ao longo do século XX, tal conceito ser melhor analisado, foi talvez pela dupla posição que muitos agentes tomaram na implementação do jornalismo empresarial, quando as mudanças, por serem novidades, foram vividas com maior intensidade. Transformações que foram de modo peculiar inscritas nos textos aqui analisados.

Acreditamos que estas passagens sobre a vida de imprensa podem trazer importantes contribuições ao debate sobre a profissão, apesar de, seguramente, não poder abarcar todas as nuances necessárias. Trabalhar com um tão importante período em apenas algumas páginas implica necessariamente em simplificações, generaliza-

ções e, obviamente, lacunas. Como as que aqui foram deixadas. Entretanto, entendemos ser possível afirmar que os fatos aqui relatados demonstraram a presença marcante da imprensa no virar dos séculos e nos indicam seu papel preponderante na consolidação da modernidade brasileira. Com esses exemplos podemos ter, hoje, um olhar crítico e pertinente sobre a relevância da imprensa de outrora, estabelecendo conexões entre os textos jornais e as transformações sociais. Tal importância, sempre é bom recordar, se dá no momento que essa imprensa de ontem nos constitui hoje como jornalistas ou cidadãos deste mesmo Brasil.

Referências

- BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José. *O problema da imprensa*. 3ªed. São Paulo: Edusp, 1997.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa - Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade*. 3ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- BILAC, Olavo. *Crítica e Fantasia*. Lisboa: Editora de A. M. Teixeira, 1904.
- BROCA, Brito. *Horas de Leitura*. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1957.
- CARVALHO, Affonso de. *Bilac – o homem, o poeta, o patriota*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.
- COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil*. V. II. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1955.
- DIMAS, Antônio. *Bilac, o Jornalista: ensaios*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo; Editora da Unicamp, 2006.
- _____. *Bilac, o Jornalista: crônicas*. v.1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo; Editora da Unicamp, 2006.
- FISCHER, Luís Augusto. *Parnasianismo brasileiro: entre ressonância e dissonância*. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

FONSECA, Gondin da. *Biografia do Jornalismo Carioca 1808-1908*. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1941.

MAGALHÃES JR. Raymundo. *A vida vertiginosa de João do Rio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MACHADO NETO, A. L. *Estrutura Social da República das Letras – Sociologia da Vida Intelectual Brasileira – 1870-1930*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

MARTINS, Ana Luíza. *Revistas em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República*, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

RIO, João do. *O Momento literário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

_____. *História da literatura brasileira; seus fundamentos econômicos*. 4ª ed. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1976.

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de Letras – Literatura, Técnica e Modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo*. Vol.I – Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2ªed., 2005.

Crônicas recolhidas no arquivo de periódicos da Biblioteca Nacional

BILAC, Olavo. *Vida Fluminense*. O Combate. Rio de Janeiro, 28/03/1892.

_____. *Chronica Livre*. Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 13/09/1893.

_____. *Chronica*. A Bruxa. Rio de Janeiro, 10/04/1896.

_____. *Chronica*. Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 20/11/1898.

_____. *Chronica*. Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 28/10/1906.

_____. *Diário do Rio*. O Estado de S. Paulo. São Paulo, 04/03/1898

Recebido: 26/03/2012

Aprovado: 07/05/2012